

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Reforma Política e Política Externa na Venezuela: uma ameaça à segurança continental sob a ótica norte-americana

Natalia Regina Maciel¹

Resumo:

O presente estudo tenta explicar como a reforma política implementada por Hugo Chávez na Venezuela acabou proporcionando-lhe uma maior liberdade para formular sua política externa, uma vez que não encontra impedimentos internos para sua implementação. O trabalho também mostra como esta política externa tem sido vista pelos Estados Unidos como uma ameaça à segurança continental.

Palavras-Chave: Venezuela, Governo Hugo Chávez, Geopolítica Latino-Americana.

Abstract

The present study tries to explain how the political reform implemented by Hugo Chávez in Venezuela proportionate him a larger freedom to formulate his foreign policy since he does not have any internal impediments for its implementation. This work also shows how this foreign policy is seen by the United States as a threat for the continental security.

Key words: Venezuela, Hugo Chávez Administration, Latin American Geopolitics.

¹ Natalia Regina Maciel é graduanda do 8º período do curso de Relações Internacionais da PUC-Rio e pesquisadora do CENEGRI da linha de pesquisa Movimentos Anti-Sistêmicos na América Latina: o caso venezuelano. E-mail: nataliaregina@gmail.com. Recebido em 11/11/2006. Selecionado para publicação em 05/01/2007.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Introdução

Novos ventos sopram em direção à América Latina. A nova onda de esquerdização do continente veio acompanhada de mais um fenômeno, chamado Hugo Chávez Frias. O presidente que chegou ao poder como a personificação da esperança do povo venezuelano, revolucionou não apenas os “corações e as mentes” do seu povo, mas também a maneira de fazer política. Sua reforma política, que acabou por centralizar o poder em suas mãos, mudou não só a Constituição e a Bandeira, mas também a forma de se fazer política externa.

Com o poder em suas mãos e uma oposição quase inexistente, tanto na classe política quanto na sociedade civil, o presidente venezuelano não encontra barreiras internas para levar a cabo sua política externa. Isso lhe dá margem de manobra para prosseguir em sua tentativa de revolução, através de um movimento anti-sistêmico totalmente novo nas Américas: o primeiro implementado por um Estado, “assumindo papel semelhante ao Estado de Piemonte durante a unificação italiana”.²

A fim de melhor esclarecer a análise, o trabalho se encontra dividido em três seções. A primeira busca esclarecer a situação política do Estado venezuelano desde o fim da ditadura militar até os dias de hoje, tentando mostrar a evolução da democracia neste país e as transformações ocorridas com o fim do regime de Puntofijo e a subida de Hugo Chávez ao poder, assim como as mudanças vislumbradas da Constituição de 1961 para a Constituição Bolivariana de 1999. A segunda seção tenta demonstrar como a reforma política de Chávez e a conseqüente concentração de poder no executivo acabam influenciando a formulação da política externa do país. Por fim, a terceira seção mostra quais são as medidas de política externa de Chávez e como elas são vistas pelo vizinho do norte, os Estados Unidos, como um problema de segurança no continente americano.

² Pennaforte & Luigi: Movimentos Anti-Sistêmicos na América Latina: Venezuela e sua “função piemontesa”. Revista Intellector, Ano II, Volume III, 2005.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

I– Democracia na Venezuela

O período de três décadas que se seguiu ao fim da ditadura militar na Venezuela (1958), se caracterizou pela estabilidade política e prosperidade econômica. Por todos esses três decênios, até o ano de 1989, este país demonstrou ser a nação latino-americana que se mostrou mais próxima do ideal de democracia, segundo cientistas políticos e analistas internacionais especializados no tema. Neste período, a Venezuela passava por uma fase de crescimento econômico sem precedentes, tendo em vista os choques do petróleo da década de 70 e a guerra do Irã, que viabilizaram o aumento do preço do principal produto de exportação deste país.

A estabilidade política e a prosperidade econômica neste momento não são fruto de mera coincidência. A economia baseada na exportação do petróleo moldou o sistema democrático da nação e minimizou os conflitos de classe. Como veremos mais adiante, a queda do preço do petróleo no final da década de 80 fez com que a Venezuela recorresse a organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, sendo submetida a reformas neoliberais, condicionantes característicos dos investimentos financeiros dessas organizações. O pacote de reformas foi pessimamente recebido pela população, que reagiu com violência, culminando no trágico evento do Caracazo, no ano de 1989, enfraquecendo o vigente acordo de Puntofijo, que culminou na tentativa de golpe em 1992 por Hugo Chávez Frias, no impeachment do Presidente Carlos Andrés Perez em 1993, no fracasso dos dois principais partidos Venezuelanos – Acción Democrática (AD) e Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI) – nas eleições de 1994, e posteriormente, no ano de 1998, na eleição de Hugo Chávez para presidente, dando um fim definitivo ao regime de Puntofijo.

Através da observação do processo político e econômico da Venezuela desde 1958, com a assinatura do Pacto de Puntofijo, até os dias de hoje, percebemos que para que haja estabilidade política é preciso necessariamente ter um cenário de estabilidade econômica. A partir do momento em que a crise econômica se instala, causa efeito direto na estrutura política do país, desestabilizando-a.

Apesar de não ser o intuito deste trabalho fazer um estudo sobre as questões de desenvolvimento na Venezuela, é impossível descartar este fator ao se analisar a democracia no país. Chegamos à conclusão de que a grande dependência da economia venezuelana em um único produto, a torna vulnerável à flutuação do preço do petróleo no mercado internacional, o que, conseqüentemente, prejudica as finanças internas da mesma. A incapacidade ou negligência

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

dos presidentes venezuelanos de diversificar a estrutura produtiva deste país fez com que a queda do preço do petróleo resultasse em instabilidade política, tendo em vista a insatisfação popular que se instaurou. Assim, o cenário de estabilidade política só retornou no fim da década de 90 e início dos anos 2000, com o aumento do preço do petróleo e com a ascensão ao poder de um líder carismático e preocupado com a causa social – Hugo Chávez.

Como anteriormente citado, no período que se seguiu do fim da ditadura militar até o ano de 1989, a Venezuela é considerada uma nação de democracia inigualável na América Latina. Alguns especialistas acreditavam que esta estabilidade se dava primordialmente pelo advento do regime político resultante do Pacto de Puntofijo. Este Pacto foi um acordo assinado no ano de 1958, no momento do fim do regime ditatorial, pelos principais partidos políticos da ocasião, a AD e o COPEI, com alguns outros partidos menores, no qual estes se comprometiam com a garantia de um regime político democrático, independente das divergências entre as partes. Desta forma, Steve Ellner³, especialista em Venezuela, aponta sete características positivas deste regime que proporcionaram o sucesso da democracia neste período:

- 1- Um sistema bipartidário com diferenciação ideológica mínima: aminorar AD e o COPEI se alternaram na presidência criando um monopólio dos dois partidos no poder, ao mesmo tempo em que houve um esforço para que diferenças pragmáticas entre eles fossem reduzidas. Segundo Giovanni Sartori (1976), um modelo igual ao dos Estados Unidos, onde há a predominância de apenas dois partidos sem grandes diferenças ideológicas, é o tipo de regime ideal para a manutenção da estabilidade política. Era exatamente o que ocorria na Venezuela.
- 2- Líderes políticos comprometidos com a democracia que evitaram retóricas ultranacionalistas: em nenhum momento deste período houve dúvidas sobre as convicções democráticas da Venezuela, como foi o caso de Perón na Argentina e Vargas no Brasil. Para alguns analistas, as relações amigáveis com os Estados Unidos serviram para confirmar a orientação democrática da AD e do COPEI.
- 3- Uma liderança política madura, que aprendeu com as experiências passadas, descartando atitudes sectárias e formando acordos interpartidários: como foi o caso do Pacto de

³ ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel et alli. Venezuela Politics in the Chávez Era, Class, Polarizations & Conflict.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Puntofijo; acordo que uniu a AD, o COPEI, e outros partidos menores, a fim de assegurar a estabilidade democrática.

- 4- Partidos com composição “multi-classe” e com o predomínio da classe média na liderança: a economia baseada no petróleo acabou por enfraquecer a oligarquia e as classes camponesas e operárias na Venezuela, que eram incapazes de criar suas próprias organizações e representações políticas. O grande lucro derivado da exploração do petróleo proporcionou a expansão da classe média, a qual predominou na liderança do COPEI e da AD.
- 5- Ênfase na disciplina partidária dentro da AD e do COPEI: havia dentro destes partidos medidas rígidas para prevenir dissensões internas.
- 6- Sistema político suficientemente aberto para prover oportunidades para coalizões com outros partidos menores: acreditava-se que reforçando o sistema de representação proporcional, seria eliminada a possibilidade do surgimento de líderes extremistas, que fragilizariam a estabilidade política.
- 7- Partidos eram altamente institucionalizados, minorando a possibilidade de ascensão de líderes ambiciosos.

Entretanto, o ano de 1989 veio questionar a tese do excepcionalismo da Venezuela (Elner, 2003). A queda do preço do petróleo fez com que o país entrasse em um período de crise econômica. Desta forma, o presidente Carlos Andrés Perez acabou tendo que fazer um pedido de empréstimo ao FMI, que o concedeu sob a condição de que o país deveria fazer reformas econômicas nos moldes neoliberais. O episódio da violenta manifestação do Caracazo ilustra claramente o descontentamento da população com as medidas neoliberais tomadas em 1989. Este repúdio a medidas neoliberais não é apenas consequência do histórico de protecionismo e interferência do Estado na economia venezuelana, mas também pela revolta da população com o então presidente Carlos Andrés Perez, que, ao acatar as condições do FMI, quebrava sua promessa de campanha de não seguir uma política econômica neoliberal.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

O episódio do Caracazo foi o primeiro passo para o enfraquecimento do regime de Puntofijo. Devido à crise econômica, alguns programas sociais financiados pelo dinheiro do petróleo foram abalados, e outros suspensos, gerando a insatisfação da população mais pobre da sociedade que, conseqüentemente, deixou de apoiar aquele regime por não se sentir plenamente representada pelo mesmo. Deste modo, Steve Ellner enumera alguns aspectos negativos do regime de Puntofijo que, acrescidos da situação crítica que se encontrava o país por conta da crise econômica, resultaram em seu fim:

- 1- Pacto entre partidos: especialistas chegaram à conclusão de que a natureza elitista dos pactos entre partidos contribuiu para o centralismo e para uma estrutura política exclusivista. Um exemplo disto foi a exclusão do Partido Comunista do pacto, partido este que tinha grande apoio da parte mais pobre da sociedade.
- 2- Partidos “multi-classe”: acredita-se que este tipo de partido minava a credibilidade da democracia, uma vez que priorizava um segmento da população, a classe média, em detrimento da classe mais pobre da sociedade, que não se sentia representada.
- 3- O status de economia exportadora de petróleo: como elucidado anteriormente, a dependência econômica de apenas um produto causa instabilidade política no momento em que o preço do mesmo cai no mercado internacional.

A crise econômica que assolou a Venezuela no final da década de 80 e início da década de 90 teve grandes conseqüências para este país. A principal e mais discutida é a polarização da sociedade, com conseqüente polarização política do país. A insatisfação com o sistema vigente fez com que novos partidos, em sua maioria de esquerda, começassem a surgir, como foi o caso do Movimiento al Socialismo (MAS) e o Causa R. A polarização política foi tamanha que nas eleições de 1994, após a tentativa de golpe de Chávez em 1992, a votação nos candidatos da Causa R foi muito aquém do esperado, uma vez que este partido fez uma coalizão com o COPEI.

Em 1992, como dito anteriormente, Hugo Chávez e seus companheiros de farda tentaram um golpe contra o governo de Carlos Andrés Pérez. O golpe foi mal sucedido e Chávez foi preso. No entanto, seu breve pronunciamento à nação em cadeia nacional, conhecido como “Por Ahora” (Por Enquanto), foi suficiente para marcar sua entrada na vida política venezuelana, sendo o

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

símbolo da esperança da população carente deste país. Em 1994, Chávez sai da prisão, e em 1998 é eleito presidente com 56% dos votos, terminando com a vigência do regime de Puntofijo.

Na presidência, Chávez empreendeu reformas políticas que iam de encontro ao antigo sistema, pautadas na representação política através de partidos. Estas mudanças ocorreram de forma pacífica, com apoio popular e militar e através de instrumentos democráticos e constitucionais. As transformações, obviamente, não se deram na ausência de conflitos, parecendo em certos momentos que a democracia entraria em colapso. Entretanto, esta situação é compreendida dentro do quadro de polarização social e política do país.

A proposta de Hugo Chávez era a de transição política de um regime designado como “Partidocracia”, concebido pela constituição de 1961, para um regime de Democracia Protagonista, que veio a ser efetivado com a constituição de 1999. A idéia do presidente era a de substituir o regime democrático representativo, que tinha os partidos políticos como representantes do povo, por uma democracia participativa, na qual os próprios cidadãos fariam parte da tomada de decisão e teriam voz ativa na política de seu país. E o instrumento usado primordialmente para este fim é o referendo. E foi através dele que Chávez aprovou a convocação de uma Assembléia Constituinte e a própria Constituição Bolivariana.

Entre vários outros direitos concedidos ao povo na nova Constituição de 1999, o que se destaca é o direito de poder convocar uma Assembléia Constituinte Nacional a qualquer momento que se julgar necessário, podendo transformar o Estado, criar nova ordem legal e rascunhar uma nova constituição. Entretanto não só o povo tem o “poder constitucional”, mas também outros segmentos do Estado. O presidente pode convocar uma Assembléia Constituinte por decreto no Conselho de Ministros, enquanto os outros segmentos necessitam de requerimentos mais rígidos. É visível que, embora a nova constituição abra canais para maior participação da população, ela ao mesmo tempo concentra poder no executivo.

A nova constituição fortaleceu a posição do presidente não apenas através de poderes substanciais conferidos a ele, mas também através de poder provisório que ele pode solicitar à Assembléia Nacional, que o permita legislar por decreto em qualquer assunto durante um ano. O presidente fez uso desta prerrogativa a fim de aprovar decretos com embasamento legal em áreas como finanças, propriedade de terras e seguridade social. Isso acirrou ainda mais a polarização da sociedade, o que mais tarde, no ano de 2002, veio a culminar no golpe contra Chávez que durou apenas 48 horas; Chávez retornou ao poder com o apoio da população mais pobre, que se apresenta em maior número na Venezuela.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Outro aspecto que ilustra o centralismo na constituição de 1999 foi a criação do Consejo Federal del Gobierno (CGF), que tem como fim planejar e coordenar as políticas que dizem respeito à iniciativa de descentralização do esforço federalista dos últimos 10 anos, empregado ainda sobre o regime de Puntofijo. Presidido pelo vice-presidente da nação e constituído por ministros, governadores, prefeitos e representantes da sociedade civil, o CFG é uma tentativa de centralizar novamente as decisões dos estados e cidades no governo central.

O que podemos concluir da reforma política implementada por Chávez é que existe a tentativa de centralização do poder no executivo. Esta centralização tem conseqüências que extrapolam os limites internos e influem nas tomadas de decisão com relação à política externa do país, como veremos na próxima seção.

II- Conseqüências da concentração de poder no processo de *accountability* e nos jogos de dois níveis

Os “jogos de dois níveis” de Robert Putnam⁴ é uma tentativa de teorização dos processos de negociação no plano internacional. Putnam prevê que a negociação internacional não depende somente da disposição das partes de chegar a um acordo; a receptividade e viabilidade de ratificação do acordo no âmbito doméstico é condição fundamental para que a negociação seja bem sucedida.

Desta forma Putnam divide o processo de negociação em dois níveis: o nível I, que é o nível internacional; e o nível II, que é o doméstico. Para que o acordo seja bem sucedido, o negociador na mesa I (leia-se nível I) deve ter plena consciência de até aonde o acordo é viável para ratificação na mesa II, a fim de que a negociação seja bem sucedida. Muitas vezes, antes de ir para a mesa I, a questão é discutida anteriormente na mesa II, de forma a criar os limites do “win-set” – que seria o conjunto de possibilidades do acordo que são viáveis para ratificação no nível II.

A questão mais importante dos jogos de dois níveis a ser discutido no presente trabalho é a ratificação no nível II. Robert Putnam coloca que a ratificação de um acordo no âmbito interno não dependerá somente do executivo e do Congresso, mas também dos grupos da sociedade civil que têm interesse direto no acordo em questão, e que podem barrá-lo se este for de encontro aos seus interesses.

⁴ PUTNAM, Robert et alli .Double-edged diplomacy : international bargaining and domestic politics

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

O que podemos notar é que, na Venezuela, devido à concentração de poder no executivo e a fragilidade dos grupos de oposição, os jogos de dois níveis são inoperantes. Depois do fracasso do golpe de 2002, Chávez ganhou ainda mais força e apoio das camadas mais pobres, que são a grande maioria neste país. A oposição, que já era pequena e desarticulada, hoje em dia é quase inexistente, tanto na esfera política quanto na sociedade civil. Além disso, a nomeação de militares a cargos públicos por Chávez, acaba por evitar que os grupos de oposição ganhem espaço na vida política venezuelana. Em suma, Hugo Chávez não precisa da aprovação no nível II para empreender sua política externa, não apenas por conta da concentração de poder que o permite governar sem grandes barreiras institucionais, mas também porque a oposição é incapaz de bloquear suas medidas. Percebe-se então que, na Venezuela, o processo de “accountability”, ou seja, de prestação de contas do governo, é praticamente inexistente. O presidente venezuelano é capaz de formular sua política externa da forma mais livre possível, sem ter que se preocupar com a burocracia institucional.

III – A política externa venezuelana e as questões de segurança através da ótica norte-americana.

Como visto na última seção, Hugo Chávez dispõe de grande margem de manobra para sua política externa devido à ausência de impedimentos para seus empreendimentos no nível doméstico. Ciente de sua posição favorável, Chávez moldou sua política externa no que os professores Charles Pennaforte e Ricardo Luigi convencionaram chamar de movimento anti-sistêmico⁵. Para os professores, este movimento, que começa na reunião internacional de 1996 em Chiapas (México) - que abriu espaço para o surgimento de movimentos como novos fóruns sociais como os de Porto Alegre, o sediado na Venezuela em 2006 e o deste ano que será no Quênia - e tem como uma segunda linha a nova “onda vermelha”, que se dá com o colapso do neoliberalismo no continente, apenas ganha força através das mãos do fenômeno Hugo Chávez:

“Apesar de ambas ocorrerem paralelamente [fóruns sociais e onda vermelha], de maneira efetiva, apenas a agitação capitaneada pelo governo Hugo Chávez obteve real êxito, assumindo papel semelhante ao Estado de Piemonte durante a unificação italiana. Ou seja, um ‘Estado’ toma as rédeas do processo, deixando em segundo plano as iniciativas partidas dos grupos sociais”. (Pennaforte & Luigi: 2005: 26).

⁵ Pennaforte & Luigi. Os. Cit.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Desta forma, a falta de impedimentos internos favorece a implementação de medidas a fim de se prosseguir com este movimento.

Este movimento não seria anti-sistêmico se não fizesse frente à maior potência do sistema internacional: os Estados Unidos. As provocações de Chávez, que chamou George W. Bush de “genocida, alcoólatra, bêbado e imoral”, e comparou Ronald Rumsfeld a Hitler, parecem não ficar apenas na retórica. Chávez proclama que Cuba e Venezuela devem oferecer a opção revolucionária aos demais países da região, e diversas medidas por parte do presidente demonstram a sua disposição de levar a cabo este empreendimento.

Para este fim Hugo Chávez tem utilizado a riqueza petrolífera do seu país como um instrumento de política externa, como é o caso do Petrocaribe (a troca de petróleo por produtos tropicais dos países caribenhos), a ajuda financeira a Cuba através da troca do petróleo venezuelano por médicos cubanos, a compra de 3 bilhões de dólares em títulos da dívida argentina, permitindo este país a pagar diferentes vencimentos da dívida pública sem recorrer à organizações internacionais como o FMI ⁶, além de, obviamente, o patrocínio da escola de samba Acadêmicos da Vila Isabel no carnaval carioca de 2006.

“In Venezuela, a demagogue awash in oil money is underminig democracy and seeking to destabilize the region”. Assim está colocado em The National Security Strategy, o documento anual expedido pela Casa Branca que delimita as estratégias de segurança norte-americanas. Após um extenso e exaustivo discurso acerca da relevância da luta contra o terrorismo e a necessidade de se levar a democracia e a liberdade para os povos oprimidos por governos tirânicos, o documento enumera desafios regionais que demandam a atenção do mundo. E é neste subitem que se encontra a grande novidade do documento do ano de 2006: não só o narcotráfico, as guerrilhas e as fronteiras porosas dos países andinos (mais especificamente, a Colômbia) são citados, mas também a Venezuela aparece como uma nova ameaça.

Neste sentido uma nova ameaça parece emergir na agenda de segurança norte-americana com relação à América Latina: “a desestabilização potencial da região representada pelo apoio do eixo Chávez - Fidel aos ‘movimentos esquerdistas’ na região”.⁷

Entretanto, as relações conflituosas entre Estados Unidos e Venezuela não são recentes. Antes mesmo de se tornar presidente, já havia sido negado a Hugo Chávez a concessão de visto

⁶ Ainda em 2004 o governo venezuelano havia socorrido a Argentina quando este país entrou em crise de racionamento de gasolina e gás, fornecendo estes combustíveis em troca de gêneros alimentícios.

⁷ Em *“Guerra Fria de volta à América do Sul?”*, Maria Regina Soares Lima desenvolve o argumento de que os Estados Unidos estariam se utilizando de estratégias para a América Latina que remontariam à época da Guerra Fria. O discurso criado no pós-11 de setembro, de combate ao terrorismo com relação ao narcotráfico e as guerrilhas, não teve grande impacto na América Latina. Assim, as prioridades nas questões de segurança nesta região teriam mudado para o eixo Chávez-Fidel.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

para que este participasse de um fórum na televisão em Miami. A justificativa dada pelo governo americano na época era que Chávez tinha um histórico golpista. Além disso, o atual presidente venezuelano recusou-se a deixar de visitar Cuba antes de ir aos Estados Unidos quando começou suas visitas ao redor do mundo, depois de sua eleição.

Atualmente, muitos analistas norte-americanos acreditam que Chávez está promovendo “a Cuban–style socialist state in Venezuela”⁸. Isto corrobora a análise anteriormente citada, de Maria Regina Soares Lima, de que o eixo Chávez-Fidel tem recebido maiores atenções por parte da Casa Branca, principalmente por sua capacidade de influenciar as esquerdas do continente sul americano.

A melhor ilustração da influência do eixo Chávez-Fidel na região é a chegada ao poder de Evo Morales, na Bolívia. Esquerdista, com discurso também pautado na oposição aos Estados Unidos, Morales inclusive já anunciou seu apoio à Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), um projeto de integração do continente americano criado por Chávez, com a “benção” de Fidel, e apresentado na última Cúpula das Américas a fim de fazer frente ao projeto norte-americano da ALCA.

Entretanto, os vínculos com Fidel e seu apoio ao programa nuclear iraniano acabaram por enquadrar a Venezuela na lista de países que não colaboram completamente na luta contra o terror, principal eixo da política externa americana. Conseqüentemente o vizinho do norte impôs sanções à Venezuela, como a proibição da venda de armas norte-americanas a este país. Contudo, a proibição não pareceu ser um problema para Hugo Chávez, que recentemente comprou 55 aviões militares russos modelo Antonov MI-17, MI-35 e MI-26, e fechou acordos para a construção de uma fábrica de fuzis russos Kalashnikov. Fora o fato de a Venezuela ter adquirido cerca de 100 mil fuzis russos AK-103. Com o intuito de intensificar as acusações de que a Venezuela tem ligações com grupos terroristas, ainda surgiram rumores de que o presidente seria um grande colaborador tanto das Forças Revolucionárias da Colômbia (as FARC), quanto do Exército de Libertação Nacional.

No entanto, quem melhor explica a visão norte-americana da Venezuela e sua possível ameaça aos interesses americanos é Henry Kissinger:

“Presidents have concentrated power in their hands at the expense of the elected legislatures. Individual liberties and press freedoms have been curtailed, and institutional crisis is rife. This is particularly ominous in Venezuela, where a populist former army officer, Hugo Chávez, has exploited the public resentment with corruption and inequality and tried to channel it into a challenge to United States policies and

⁸ CRESPO, Paul. *Venezuela: The Next Cuba*

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

prescriptions to remarkable demagogic advantage. Chávez has abolished many of the constitutional and democratic restraints of the Venezuelan political system; the laudable objective of elimination of corruption and nepotism has been turned into a platform for a populist military autocracy. The rise in the price of oil, Venezuela's principal export, has enabled Chávez to avoid the consequences of his flirtation with Fidel Castro and his anti-American and, to some extent, anti-capitalist slogans of a kind that seemed to be transcended by the transformations of the 1980s"⁹.

Com relação à garantia de segurança da democracia nos países do continente americano, existe a preocupação do governo americano com a interferência de Chávez nos pleitos da região. O exemplo mais evidente foram as eleições do último ano para presidente no Peru. Chávez decidiu declarar seu apoio ao candidato Ollanta Humala, e passou a criticar publicamente o candidato favorito, Alan Garcia. Garcia, em contrapartida, usou o apoio de Chávez a Humala para desqualificar o candidato, afirmando que, se Humala ganhasse, o Peru viraria uma colônia da Venezuela.

Por causa de sua interferência nas eleições peruanas, Chávez se indisps também com o então presidente Alejandro Toledo. Chávez acusou Toledo de ser um "boneco de recados dos EUA", e Toledo, por sua vez, apontou Chávez como um "populista com o bolso cheio de petrodólares". Ao final, Alan Garcia saiu vitorioso. O que podemos concluir deste episódio é que as ações do presidente venezuelano pareceram aborrecer a população peruana, que ao sentir sua soberania nacional violada, deu a vitória a Garcia como retaliação à política de Chávez. Outro exemplo é o apoio de Hugo Chávez à candidatura de Rafael Correa nas últimas eleições presidenciais no Equador, sendo ainda acusado de ter ajudado a promover duas greves gerais nas duas províncias amazônicas produtoras de petróleo do país, Orellana e Sucumbíos.

Contudo, apesar dos atritos entre estes dois países, os Estados Unidos continuam sendo os maiores importadores do petróleo venezuelano (cerca de 72% das exportações do petróleo da Venezuela têm os Estados Unidos como destino). Assim, percebemos que as relações conflituosas entre estes dois países só ocorrem no escopo político. O movimento anti-sistêmico não parece ainda ter abalado as relações comerciais, mais especificamente na área petrolífera.

⁹ KISSINGER, Henry. Does America Need a Foreign Policy? Toward a Diplomacy for the 21st Century. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 2001. p. 87-8.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Conclusão

Após entender o objetivo de Chávez ao formular sua política externa – o de empreender um movimento anti-sistêmico na América Latina – é compreensível o porquê de na Venezuela o nível II de Robert Putnam ser inoperante. Com uma oposição forte em casa, dificilmente Chávez conseguiria implementar suas medidas de política externa, que lhe custam milhões de barris de petróleo.

Outra medida também importante tomada pelo presidente venezuelano, que infelizmente não teve espaço para discussão neste estudo, foi a entrada da Venezuela no Mercosul. Este empreendimento apresenta grandes desafios; como a enxurrada de produtos brasileiros no mercado venezuelano competindo com os produtos locais, a preocupação dos países membros com o comprometimento deste país com a cláusula democrática, e a possível reformulação da geometria interestatal¹⁰ do bloco. Além disso, outro fator a ser levado em consideração é a grande influência que este país tem sobre seus vizinhos da América do Sul, principalmente decorrente da sua política externa financiada pelo capital energético, sendo agravado pela pouca influência que os líderes do bloco (Brasil e Argentina) têm na região. Entretanto, a nova adesão trará grandes benefícios não só para o bloco, devido às grandes reservas de petróleo venezuelanas, mas também para a própria Venezuela, que busca diversificar suas estruturas produtivas e mercados, com a finalidade de sair da eterna dependência dos Estados Unidos.

Com a reeleição de Chávez em 2006, parece que a estrada que a Venezuela caminhará pelo menos nos próximos 6 anos é a mesma dos últimos 7. Sendo o presidente resguardado pelo grande apoio interno e pelo alto preço do petróleo, podemos esperar ainda muitos capítulos desta longa história.

Bibliografia

CRESPO, Paul. Venezuela: The Next Cuba. Disponível em: http://www.defenddemocracy.org/in_the_media/in_the_media_show.htm?doc_id=215213. Acesso em 28 de junho de 2006.

ELLNER, Steve & HELLINGER, Daniel et alli. Venezuela Politics in the Chávez Era, Class, Polarizations & Conflict. Boulder: Editora Lynner Rienner, 2003

¹⁰ HIST, Mônica: Venezuela cambiará el equilibrio del Mercosul.

INTELLECTOR

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

www.revistaintellector.cenegri.org.br

EVANS, Peter B.; JACOBSON, Harold Karan; PUTNAM, Robert D. Double-edged diplomacy: international bargaining and domestic politics. Berkeley: University of California Press, 1993.

HIRST, Mônica. Venezuela cambiará el equilibrio del Mercosul, *Clarín*, 16/07/2006.

KISSINGER, Henry. Does America Need a Foreign Policy? Toward a Diplomacy for the 21st Century. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 2001.

LIMA, Maria Regina Soares. Guerra Fria de volta à América do Sul ?. Disponível em: http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Guerra%20Fria%20de%20volta%20a%20América%20do%20Sul.pdf.

Acesso em 20 de junho de 2006.

MARCANO, Cristina e TYSZKA, Alberto Barrera. Chávez Sem Uniforme. Uma História Pessoal. Rio de Janeiro: Editora Gryphus, 2006.

PENNAFORTE, Charles & LUIGI, Ricardo. "Movimentos anti-sistêmicos na América Latina: Venezuela e sua função piemontesa". Rio de Janeiro, *Intellector*, vol. 2, nº. 3, pp. 25-35, 2005.

UCHOA, Pablo. Venezuela, a encruzilhada de Hugo Chávez. São Paulo: Editora Globo, 2003.

VILLA, Rafael Duarte & URQUIDI, Vivian Dávila. Venezuela e Bolívia: Legitimidade, Petróleo e Neopopulismo. Política Externa, São Paulo, vol. 14, nº. 4, 2006.

Documentos:

The National Security Strategy, 2006. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss/2006/>. Acesso em 30 de agosto de 2006.